

A reconciliação Portugal-Espanha

Não sei quem me disse há muito que Portugal e a Espanha davam a impressão de um par de amuados que se tivessem voltado as costas e mirassem polos opostos.

Este amuo, para o qual na História uns e outros, portugueses e espanhóis, demos sobeja razão, tornou-se talvez mais vivo ultimamente com a protecção dada em Espanha aos inimigos do regimen republicano, e a insinceridade dos protestos em contrário; a diferente rota que seguimos em frente do conflito europeu; e, como bomba final, com a denúncia do tratado de comércio e navegação e impossibilidade de negociarmos outro, diante das incríveis ambições da pesca espanhola.

Este estado de coisas, que historicamente foi uma calamidade para ambas as nações irmãs, e de que só tirou proveito o *tertius gaudet* inglês, é considerado pelas novas gerações, de cá e de lá, como um grave erro que urge emendar.

Eu sou dos que em Portugal assim pensam, e desejo que me contem entre os sinceros admiradores da Espanha e os lídimos defensores do entendimento e amizade hispano-lusa.

Esta corrente, que ultimamente terá engrossado, leva sobretudo no seu seio professores, literatos, jornalistas e moços pintores de um e outro país.

Foram pontos culminantes da acção aproximista o Congresso do Pôrto, com os notáveis discursos dos drs. Carracido e Ricardo Jorge, a ida de Leonardo Coimbra, Eugénio de Castro e os estudantes de Coimbra a Madrid, e a vinda a Portugal de professores, estudantes e conferencistas espanhóis.

Se de lá as demonstrações de amizade tomaram forma mais concreta na criação de uma Sociedade de Amigos de Portugal, não foram as nossas menos freqüentes ou sincretas: para a Semana Portuguesa em Madrid, que parece ter sido ideia original de Leal da Câmara e do malogrado compositor Blanco, trabalham grande número de decididas vontades.

Essa festa-certamen, que, segundo a minha maneira de pensar, podia ser oportunidade para uma demonstração de toda a nossa actividade artística, industrial, comercial, desportiva, etc., deveria ser acompanhada da aproximação dos homens públicos representativos dos dois países e da negociação de convenções e tratados de interesse recíproco.

Segue-nos a maioria do povo português nesta nossa aspiração e na compreensão das necessidades espirituais e materiais que um tal entendimento poderia resolver?

Não, bem pelo contrário, até grande número de mentalidades de alto quilate opõem a esta ideologia os mais assisados protestos.

De três amigos me lembro, que figuram com justiça entre os mais belos espíritos do nosso país, que há muito pouco me diziam numa discussão em que eu estava só do lado da aproximação:

«Essa tão rendilhada aproximação pode ser uma armadilha de que não saíamos inteiros».

«É a eterna fábula da panela de ferro e da de barro».

A sua argumentação era em resumo esta:

«Isso é muito lindo, meu amigo; mas é uma ideia de jornalistas e poetas, e a vida, se para nós não é só poesia, para os nossos irmãos espanhóis ainda menos parece ser».

«V. vai vêr que logo ao primeiro contacto desabam sobre nós, mascarados por essa cortina de gases odorosos mas anestésicos, os interesses espanhóis a esmagar-nos com toda a força da sua organização superior à nossa, da sua superior pertinácia e o pêso, hoje colossal, da sua peseta».

«De resto, eu sei, dizia-me um deles, que em nossa volta se está urdindo uma bem elaborada e forte teia a que quasi ninguém em Espanha já é alheio e tem por fim envolver-nos num emaranhado fio de uma grande Sociedade Económica que venha resolver as nossas dificuldades domésticas, e nos meandros dessa magnânima protecção nos arraste para a solução dos nossos dois grandes interesses, a pesca e a hulha branca dos rios internacionais, como lhe der na gana».

«Para essa trama de servidões económicas e financeiras se anda espalhando em Portugal, há algum tempo, largas somas».

«O dinheiro é ainda aquela velha força que mais cabeças de escravos faz dobrar para a terra».

«O perigo é sempre que os que andam preparando êsse estreito amplexo — e podem andar com a mais pura das intenções — não são os mesmos que amanhã serão chamados a negociar e assinar os tratados e convenções em que os nossos interesses serão definitivamente regulados; e se nós nos consideramos suficientemente experimentados e puros para não sermos iludidos ou arrastados no vórtice dos interesses, não podemos ter a segurança — em Portugal — que os negociadores de amanhã o sejam».

A hipótese de uma restrição mental da parte da nossa amiga Espanha era na sua opinião um considerando que não podíamos de modo algum desprezar, nem para êle ficarmos desprevenidos.

Esta conversa, tal qual assim, com três amigos que não são ficção literária, com três homens práticos de carne e osso, um dos quais firma alguns dos mais belos e elevados livros da nossa língua neste século, não diminuiu de uma linha a amizade que tenho pela Espanha, nem me fez desertar da ideia arreigada da necessidade do nosso entendimento (talvez para isso esteja contribuindo a costela que tenho da minha avó andaluza); mas encaminhou-me para o pensamento que havia uma única maneira de estreitar as nossas relações — se a sinceridade do outro lado é tão real como a nossa —: era a Espanha, logo de comêço e por largo tempo dar as mais certas provas e garantias de magnânimo desinteresse, sacrificando mesmo, a êsse ideal mais largo e prometedor, os pequenos interesses temporais, para o que não lhe faltam recursos espirituais nesse fundo ancestral de cavalheirismo quixotesco que o preclaro Unamuno apostoliza e de que anuncia o renascimento.

Isto mesmo disse em conversa a amigos ilustres da vizinha Espanha.

Estavam no meu espirito as coisas neste pé quando me

surgiu hoje a audiência concedida por S. M. o Rei de Espanha ao director do *Diário de Notícias*.

Esta palestra, destinada á publicidade, que Sua Majestade se dignou ter com o jornalista de um pequeno país, quando as tem ultimamente negado a todos os jornalistas dos grandes jornais dos grandes países, veio trazer-me ao coração os maiores sobressaltos.

E' que ela me deu, com uma surpreendente exactidão, a confirmação do fundamento das dúvidas e preocupações dos meus amigos.

Lá vem a Sociedade Económica e a zona internacional de pesca, e, se sôbre a energia hidráulica S. M. não foi muito claro, essa mesma falta de precisão põe maior temor nos corações portugueses.

Eu sei que a entrevista vai ser classificada, em telegramas e artigos, de notabilíssima e como um grande passo dado para a aproximação das duas nações; mas eu, homem obscuro do meu país, sinto as atribulações que todos os portugueses de consciência, que tem trabalhado por essa idéa, devem sentir, depois dêste facto, diante dos seus concidadãos, porque fácil é começarmos a suspeitar uns dos outros sem sabermos quem anda de boa fé e quem defendendo interesses escuros.

¿ Será verdadeiro o plano revelado há apenas dois meses pelos meus amigos?

Se não, por que coincidência aparece logo a mesma *Sociedade Económica* e a impolítica e irritante pretensão espanhola de uma zona internacional de pesca, que fará gritar como uma só voz todos os pescadores algarvios, que sabem muito bem esconder-se sob essa capa artificialmente tecida a ruína dos seus lares?

E, nesta pungente dúvida, todos os que íamos em marcha para o amplexo fraterno, porque *nous marchions*, nos quedamos suspensos no caminho, na incerteza de estarmos ouvindo as águas rumorosas que marulham de catadupa em catadupa, pelo Lima, pelo Douro, pelo Tejo, pelo Guadiana, e de Espanha nos vem trazer energia e vida, onde no fundo do pélagos elas espumam revoltas e nós avançamos, cegos, para um abismo.

¿ Teriam razão os meus interlocutores quando diziam que a Espanha quer cerrar pelo lado do mar o seu já completo abraço terrestre, e que então nos esvairíamos de gozo ou morreremos estrangulados?

Para aclarar ou destruir estas apreensões a entrevista do sr. Augusto de Castro com S. M. o Rei de Espanha é de uma infelicidade imperdoável.

Infeliz para o rei, para as nossas relações e para o próprio *Noticias*.

Não faltará quem possa supor que a ida do sr. Augusto de Castro a San Sebastian, e a honrosa excepção feita ao *Noticias*, faria parte do grande plano urdido.

Não quero de modo algum fazer ao sr. Augusto de Castro o agravo duma suspeita — desejo também justiça para a minha sinceridade — mas as circunstâncias são terrivelmente embaraçosas.

O ilustre jornalista compreende facilmente que os jornais tem de ser como a mulher de Cesar e que nós, os amigos da *entente* luso-espanhola, precisamos de dar todas as garantias de isenção, sem o que comprometeremos a causa e faremos recuar de muitos anos um problema vital da Península e *nosso*.

Se Sua Majestade é amigo sincero de Portugal e deseja um futuro entendimento, próximo ou remoto, só tem uma coisa a fazer: é declarar que não há tal Sociedade Económica, cujos fins apavoram muitos portugueses, e que isso da zona internacional de pesca é uma graça de uma dúzia de armadores de Huelva e Isla Cristina, que a Espanha official não sanciona nem defende.

É verdade que estas públicas e altas afirmações veem, por mera coincidência, no mesmo instante em que se renova com desusada violência uma arbitrariedade de há três anos a esta parte cometida por navios de guerra espanhóis em águas portuguesas.

É verdade que os espiritos inquietos insinuam que este procedimento e a ignorância official do governo de Madrid, que há três anos ainda não castigou ou demitiu os comandantes das canhoneiras culposos dos actos abusivos, fazem parte de uma tática que nos levaria à solução espanhola pelo cansaço — para evitar mais complicações.

Mas todas estas infelizes ocorrências são outras tantas razões para S. M. o Rei de Espanha se apressar a libertar os nossos corações oprimidos, para voltarmos a iniciar a marcha com amor e resolução.

E o sr. Augusto de Castro só tem que fazer novamente as suas malas e ir a San Sebastian recolher da boca de S. Majestade aquelas palavras tranquilizadoras que esperam todos os amigos da Espanha e da concórdia peninsular.

Só depois disso nós teremos cara para aparecer diante dos nossos concidadãos, e continuar o apostolado dêsse grande ideal, sagrado para todos nós.

SEBASTIÃO DA COSTA.

